

*Exma. Sra. Presidente da Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação,
Juventude e Desporto,*

Exmas. Sras. e Srs. Deputados,

Iniciámos esta legislatura com um objetivo: reverter a curva descendente de investimento a que o governo anterior havia relegado a Cultura. Desde que iniciámos funções, o orçamento para a cultura aumentou em 38% e em 2019 esse aumento correspondeu a 13% face ao ano anterior. Fizemo-lo não apenas na receita direta do Estado, através de uma estratégia que reforçou a dimensão transversal da cultura, na sua ligação à economia, à educação, ao turismo, à inovação e à valorização do território, mas diversificando as fontes de financiamento num trabalho que representa um posicionamento da cultura em programas que juntam o Estado central, os municípios, os agentes culturais, as instituições públicas e privadas num mesmo objetivo: uma cultura estratégica a médio e longo prazo, cooperante e sustentável.

Mais investimento e maior estabilidade, são estes os instrumentos fundamentais da nossa política para a Cultura, capaz não só de enfrentar o presente, mas acima de tudo de pensar o futuro. No imediato, vamos aproveitar o processo de reprogramação do PT2020 para a valorização do território através do programa Cultura para Todos. Esta iniciativa permitirá fomentar a competitividade e a inovação através da inclusão das comunidades, dos públicos e das instituições em projetos que valorizam a proximidade, a diversificação da oferta cultural e o investimento sustentável. Iremos, também, dar início a um novo ciclo de investimentos através do programa EEAGrants, em áreas que projetarão os organismos do Ministério da Cultura numa escala internacionalmente atrativa, competitiva e focada na eficiência dos recursos atualmente disponíveis.

Dissemos, aquando do debate da proposta de Orçamento do Estado para este ano, que o investimento na criação artística é uma oferta para o futuro. Comprometemo-nos hoje, mais uma vez, com essa visão, apresentando um conjunto de estratégias. Estratégias capazes de antecipar a preparação do futuro na complementaridade da criação artística e da defesa do património. É uma responsabilidade que assumimos, abandonando divisões estanques que enfermam a cultura de lógicas protecionistas e que queremos partilhada com os cidadãos, com o setor e com esta casa.

Permitam-me um exercício prévio de memória sobre o papel do Estado no que respeita ao património, aos museus e ao cumprimento da sua missão. Foram as medidas do anterior Governo que retiraram a autonomia jurídica e financeira aos Museus, inseridas num conjunto de reformas globais concretizadas na Administração Pública. As consequências negativas destas medidas levaram à extinção, concentração e descentração de setores fundamentais da Cultura. Este retrocesso limitou a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) na gestão de equipamentos com características, objetivos e responsabilidades muito diversas, perdendo força e públicos, enfraquecendo o estudo da nossa história, limitando a atuação nas áreas de conservação, impedindo a profissionalização e a valorização dos seus funcionários.

Desde 2012 que os museus têm vivido estrangulados no seu potencial de crescimento e de valorização. O que pretendemos com a reforma do seu estatuto é claro: Sem os retirar da dependência da DGPC e das direções regionais de cultura, urge dotar os principais museus, monumentos e palácios de uma maior autonomia de gestão, que lhes permita tomar decisões quanto à sua atividade e programação, devolvendo, dotando e preparando os museus para um futuro que lhes tem sido recusado.

O perfil que queremos traçar foca-se no essencial: a figura do diretor enquanto gestor, com uma delegação de competências a operar por via da lei e de plano de gestão, garantindo-lhe poder de decisão financeira para a realização de despesas até ao limite legal máximo, bem como a possibilidade

de constituição de um fundo de maneiio de 5 mil euros para despesas urgentes e pequenas intervenções.

Esta autonomia apoia-se na equiparação a personalidade coletiva destas estruturas e, por essa via, ao reconhecimento da sua identidade fiscal própria na diversidade da DGPC. A obtenção do número de identificação fiscal, que em 2013 o anterior governo retirou aos museus, é o garante da devolução a quem sabe melhor as necessidades de cada museu, assegurando a responsabilidade partilhada e o comprometimento com os objetivos estratégicos definidos em conjunto com a tutela. É um esforço de coordenação integrado que se pede a todos os intervenientes, porque de todos depende uma política a longo prazo para o setor dos museus em Portugal.

Os objetivos não são apenas procedimentos formais. São direcionados para uma progressão na estratégia de captação de mais e novos visitantes, no reforço das condições de programação e conseqüente impacto na investigação, no conhecimento, na conservação e na divulgação do potencial patrimonial do país. Para isso o Ministério da Cultura saberá cumprir o seu papel no que respeita à identificação das necessidades de recursos humanos, em particular nos vigilantes de sala, através da programo concebido em articulação com o Ministério da Administração Interna, bem como através de medidas de modernização e reorganização dos serviços dos museus, nomeadamente, através do processo de bilhética automática. É nosso objetivo alargar a presença de máquinas nos monumentos, museus e palácios cuja gestão dependa da DGPC. Isto reduzirá o tempo de espera para os visitantes, melhorando a sua experiência e, como conseqüência, os funcionários poderão ser afetos a outras funções, suprimindo necessidades identificadas nos recursos humanos.

Os primeiros números de vendas da experiência piloto nas bilheteiras no Museu da Arqueologia e Mosteiro do Jerónimos são positivos e confirmam a importância deste passo. Desde 12 Novembro e até 6 de Janeiro, foram

vendidos 84.210 bilhetes através do sistema de venda automática, valor que corresponde a 69% do total de bilhetes vendidos neste período.

Se queremos melhorar a relação que temos com os museus e se queremos criar condições para os posicionar como elementos atrativos e constituintes de uma oferta cultural diversa e enriquecedora a uma escala mais vasta, temos que saber olhar para novos modos de comunicar, divulgar e promover o que tão bem sabemos cuidar. Por isso lançámos hoje o projeto Portugal, Arte e Património, em parceria com a Google Arts & Culture, assegurando que, desde hoje, mais de 3 mil imagens dos 23 museus, monumentos e palácios nacionais ficam disponíveis para todo o mundo. O nosso projeto inclui mais de 1000 obras de arte capturadas em super alta resolução, mais de 80 exposições virtuais e 18 visitas virtuais.

Mas não bastam medidas de curto prazo e de dimensão visível. Há um trabalho muito importante em curso e que nos implica a todos. O futuro dos museus passa por saber que museu queremos a médio e longo prazo. Mais públicos, melhores exposições, estudos mais aprofundados, profissionais mais realizados, são objetivos que vamos querer continuar a desenvolver em 2019, com a colaboração e em diálogo com todos os dirigentes de museus.

Ainda no domínio dos museus, destacamos a assinatura do protocolo com a Câmara Municipal de Mafra, para a transferência do Museu da Música, que será assinado a 31 de Janeiro, a par do lançamento do projeto para o Museu da Resistência e da Liberdade, em Peniche, no próximo dia 27 de abril. São dois exemplos desafiantes sobre a relação entre os planos nacional e local, que alargará a rede de museus nacionais e a própria identidade de uma rede museológica.

Será também de identidade, e muito de futuro, que falaremos através do relançamento do Museu de Arte Popular enquanto espaço privilegiado para a apresentação, divulgação e aprendizagem das práticas tradicionais que se desenvolvem pelo país. O Estado deve assegurar a valorização e a divulgação do património cultural imaterial. Estamos, por isso, a trabalhar para um programa nacional, a que chamámos Saber Fazer, com o objetivo de apoiar

as práticas e conhecimentos que necessitem de salvaguarda urgente e que, quer pela sua relevância patrimonial, quer pela especificidade e valor, têm um carácter diferenciador e merecem um reconhecimento público e alargado que pode ser estimulado em termos turísticos e de mercado.

Preparar o futuro, resolvendo o presente, é o que estamos também a fazer com a revisão do modelo que sustenta o financiamento público às Artes. Aceitámos todas as propostas consensuais do Grupo de Trabalho que foi criado para alterar o modelo, em diálogo permanente com o setor. Este processo foi efetuado através da alteração de portarias, atualmente em consulta pública, que termina já a 4 de fevereiro. Não é de menos realçar que este processo de revisão permitirá acelerar os calendários dos concursos, dando resposta nos prazos adequados à divulgação dos resultados, não comprometendo a atribuição de apoios. De entre as propostas de alteração a adotar, destaco alguns exemplos:

- No Apoio Sustentado, abrir os concursos por grande domínio de atividade, nomeadamente nos domínios da criação e da programação;
- Alargar o prazo de candidaturas sem prejudicar o calendário dos concursos e a respetiva atribuição dos apoios;
- Eliminar a exigência de obtenção de pontuação mínima de 60% em cada um dos critérios de apreciação no Apoio Sustentado;
- Assegurar às entidades apoiadas o direito ao contraditório relativamente ao relatório das comissões de avaliação e acompanhamento;
- Reforçar o peso da ponderação dos critérios artísticos na apreciação das candidaturas.

Os concursos de apoio sustentado bienal para os anos de 2020/21 serão lançados no primeiro trimestre de 2019, no valor de 17,6M€. Serão ainda lançados avisos de abertura para apoios a projetos (2,4 M€) de apoios em parceria (0,5 M€); Estes novos concursos juntam-se aos apoios sustentados

(bienais e quadrienais) em curso, contratados em 2018, no valor de 21,5M€ a atribuir em 2019.

Também os três contratos programa dos Teatros Nacionais - OPART, TNSJ, TNDM II - foram assinados em dezembro de 2018. São passos importantes para a estabilidade de um setor fundamental para a dinamização, formação e criação de públicos, para a continuidade de um serviço público prestado pelo terceiro setor em nome do Estado. Como o foi, igualmente, o Estatuto do Bailarino, o qual veio criar, finalmente, condições que acolhem as diferentes exigências dos partidos, num esforço de articulação entre diversas áreas e no qual a Cultura esteve, naturalmente, envolvida, dando resposta às muitas necessidades dos profissionais. Mais uma vez, exemplos de um trabalho de valorização empenhado a que este governo, ao longo da legislatura, se foi dedicando.

Nos museus, nas artes, mas também no cinema, não basta o curto prazo. É necessário ir mais longe, ter uma estratégia global e que integre os diferentes agentes na sua paradoxal condição de beneficiários e intervenientes das diferentes dimensões da política pública.

Assim, na área do cinema, os concursos que serão lançados a partir de 4 de Fevereiro, representam um aumento de 1,2 milhões de euros relativamente ao ano anterior, num total de 20 milhões de euros. Queremos que sejam um novo capítulo na relação com o setor do cinema e, já no próximo dia 22 de Janeiro apresentaremos o Plano Anual de Prioridades do ICA. Será um plano que visa estabelecer objetivos a médio e longo prazo, numa perspetiva transversal e integrada e de uma forma mais sustentada e multidisciplinar e, por isso, lançamos o convite à participação de todos os agentes na discussão e na contribuição para o desenvolvimento e implementação das políticas públicas deste setor.

Ainda no cinema, será apresentada em Conselho de Ministros uma resolução que formaliza a constituição da Portugal Film Commission e que instituirá uma modernização dos processos de autorização de filmagens em Portugal, regulando, organizando e orientando os profissionais para um processo

verdadeiramente simplificado. Foram apresentadas 23 candidaturas ao incentivo à captação de filmagens em Portugal e são números como este que nos dão a confiança de que o papel que o cinema e os profissionais do cinema português merecem um acompanhamento da nossa parte mais próximo das suas necessidades. Para este ano, ao programa de incentivos à captação de filmagem para este ano, acrescentamos 2 milhões de euros ao valor do ano passado, num total de 12 milhões de euros, que se manterá até 2022.

Estamos também preocupados e empenhados em dotar a Cinemateca Portuguesa das condições necessárias para o cumprimento da sua missão de museu do cinema, tanto na sua dimensão mais visível, a da programação, como a do trabalho que tanto reconhecimento tem tido, o da conservação. Queremos e estamos definir um novo modelo de funcionamento que agilize e autonomize o laboratório, um dos únicos no mundo, através de uma política responsável que potencie o conhecimento e experiência dos seus profissionais, se possa constituir como fonte de receita própria e, finalmente, saiba estar à altura do tanto que a Cinemateca tem para oferecer à memória do país.

Graça Fonseca

Assembleia da República, 15 de janeiro, 2018